

Educação-Estado-Sociedade como pano de fundo da gestão do ensino

Bráulio Tarcísio Porto de Mattos
Maria Zélia Borba Rocha*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a diversidade temática e metodológica encontrada no âmbito da categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade*. Mais especificamente, pretendem os autores não apenas observar o peso quantitativo dos temas e abordagens típicas no conjunto dessa categoria, mas também sugerir algumas possibilidades interpretativas com respeito ao assunto.

Por certo, Max Weber tem razão ao afirmar que o objeto existe a partir do olhar do sujeito. Contudo, é por demais evidente o predomínio de determinados temas e problemas de investigação em determinadas épocas. Ademais, no que se refere a hegemonias temáticas no contexto das ciências humanas, é quase sempre muito difícil discernir o valor intrínseco dessa produção, se moda passageira ou linha de pesquisa promissora. Talvez Imre Lakatos tenha oferecido o melhor esquema de avaliação da produção científica até o presente momento. Tal esquema não opõe talento individual à lógica coletiva, mas pretende apreender a solidez de certos "programas de pesquisa" orientados por forte liderança intelectual (Lakatos, 1979). Naturalmente, em função do escopo estrito do material empírico coletado na presente pesquisa, não estamos em condições de aferir aqui a qualidade dos estudos focalizados. Para isso, seria necessário dispor de informações sobre autores e estudos canônicos (referências onomásticas em periódicos reconhecidos, etc.). Limitar-nos-emos, então, a apresentar aquilo que nos parece ser o quadro panorâmico dos subtemas que compõem a categoria em foco no período entre 1991 e 1997.

Em primeiro lugar, importa ainda considerar a inserção dessa categoria no conjunto da produção. Conforme observado na Introdução deste livro, a categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* representa 12,3% do total de pesquisas realizadas no período (ou seja, 114 de 922 estudos). Isto pode parecer pouco, mas deve-se tomar em conta que a sistemática de amostragem adotada pela pesquisa, por acurada que tenha sido, pode estar subestimando o contingente de pesquisas educacionais feitas dentro de departamentos de Ciências Sociais *stricto sensu*. Se assim for, revela-se expressivo o fato de essa categoria ocupar a quarta posição no âmbito de investigações primordialmente voltadas para o campo político e administrativo da educação. O Gráfico 1 informa sobre a evolução dessa participação relativa ao longo do período considerado.

* Professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

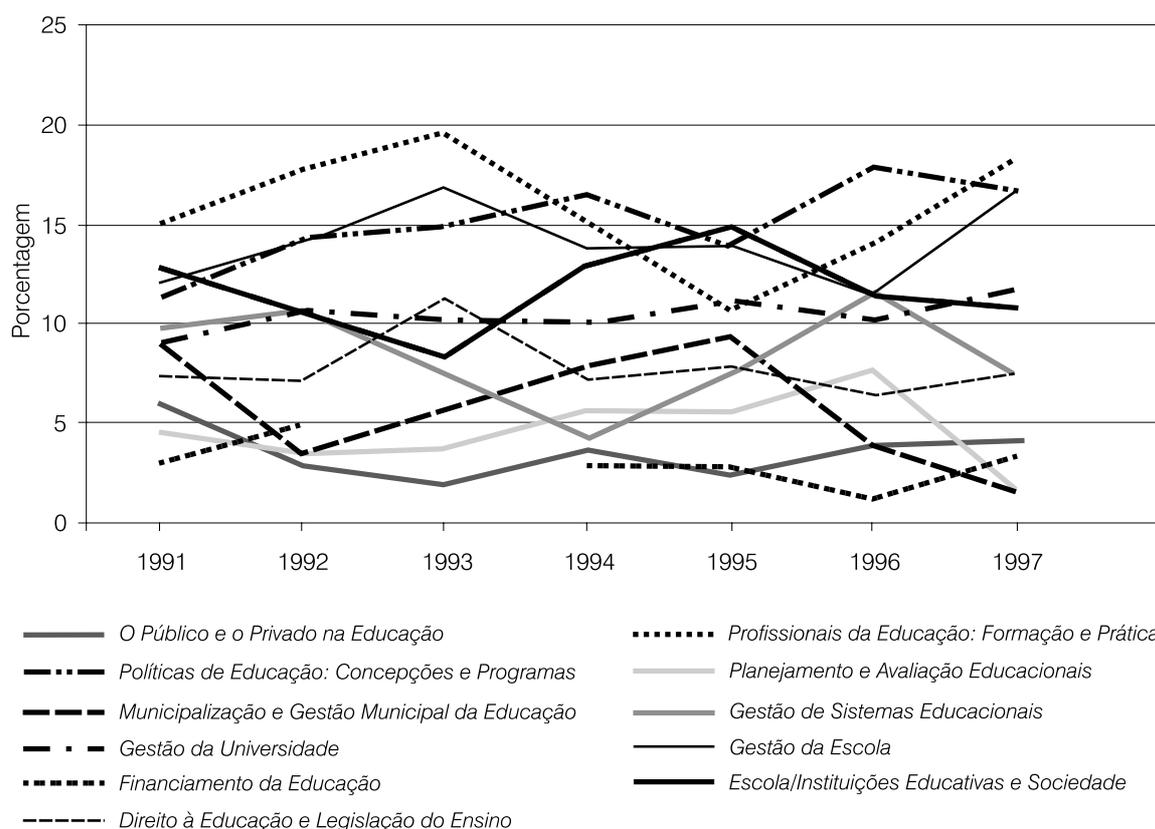


Gráfico 1 – Participação relativa das categorias por ano de realização das pesquisas

Observa-se que a categoria objeto de estudo (representada pela linha preta) manteve uma posição relativa na faixa entre 8% e 15% no período; ascendeu à primeira posição no intervalo 1993-1995; tem variado diretamente com a categoria *Municipalização e Gestão Municipal da Educação* e inversamente com as categorias *Políticas de Educação: Concepções e Programas* e *Profissionais da Educação: Formação e Prática*. Ainda que a magnitude desses movimentos de ascensão e descenso relativos seja pequena, caberia investigar melhor, em pesquisas subseqüentes, o seu significado. Em termos absolutos, vimos, na Introdução deste trabalho, que 1995 foi o ano mais produtivo e 1996, o menos. Seguramente, esse fenômeno está associado às vicissitudes do sistema de financiamento. Não está claro, contudo, se essas mesmas vicissitudes, por ação refletida ou não, estão atingindo, seletivamente, o campo de investigações como um todo. Em todo o caso, importa-nos aqui ressaltar o fato de a categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* ter respondido por um número significativo de pesquisas no período considerado.

Não seria exagero dizer que a educação constitui uma temática fundante da Sociologia moderna. Há muito, os cientistas sociais têm assimilado educação à socialização, enquadrado funcionalmente essa instituição na estrutura social e investigado seus vínculos com outras grandes instituições sociais (família, empresas, governo, mídia, igrejas). Nesse sentido, compreende-se que as Ciências Sociais constituam termo de referência para a pesquisa educacional (diga-se, uma fonte de amparo, mas também de pressão).

O contexto brasileiro, no entanto, apresenta duas peculiaridades relevantes a esse respeito, e é importante aqui ao menos mencioná-las sucintamente. A primeira delas diz respeito ao excepcional peso do Estado, tanto no funcionamento efetivo do sistema nacional de educação quanto na *intelligentia* encarregada de pensar essa realidade. Ainda que seja cabível discutir (teórica e politicamente) o grau de estatização direta dos sistemas de educação no País, é difícil não reconhecer

o fato de que a atuação dos governos nacional e subnacionais nessa seara tem sido expressiva, no mínimo do ponto de vista regulatório. De outra parte, sabemos que o Estado tem sido também uma idéia-força poderosa na formação da Sociologia brasileira, mais aberta às influências francesa e alemã do que às inglesa ou norte-americana. A confluência dessas duas tendências ajuda a entender por que a relação *educação-Estado-sociedade* tornou-se uma espécie de pano de fundo inevitável da pesquisa educacional em geral e sobre políticas e gestão da educação em particular.

A segunda peculiaridade diz respeito ao relativo distanciamento tradicionalmente estabelecido entre educadores e cientistas sociais no Brasil. Nesse particular, a indagação mais incisiva que deve ser feita é se a institucionalização da pós-graduação ocorrida no País nas últimas décadas tem revertido o referido distanciamento. Em outras palavras, precisamos saber se a formação pós-graduada, carro-chefe também da pesquisa, tem promovido simultaneamente o treinamento científico apropriado dos pedagogos e ampliado o interesse dos cientistas sociais pelo campo educacional.¹

Feitas essas considerações, passemos então ao mapeamento dos estudos feitos na área temática em questão.

RESULTADOS

Sociólogos, pedagogos, antropólogos, cientistas políticos e estudiosos do serviço social debruçaram-se sobre os aspectos sociais envolvidos na formulação de políticas e na gestão educacionais. Antes de tomar em consideração a diversidade interna das 114 pesquisas em questão, importa ainda observar algumas características gerais dessa categoria relativamente às demais. Os Gráficos 2 a 5 representam as diferenças entre esses dois conjuntos temáticos, por região do País, tipo de trabalho, tipo de instituição e sexo dos pesquisadores. Embora as diferenças observadas sejam pequenas, são estatisticamente significativas (exceção feita ao sexo).

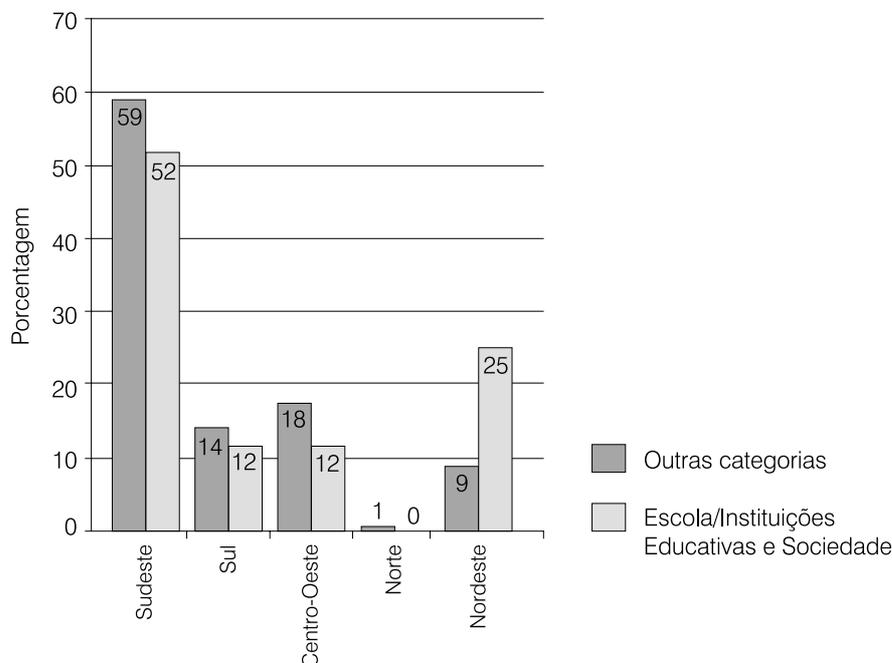


Gráfico 2 – Distribuição porcentual das pesquisas por região

¹ Acerca do engajamento político da pesquisa educacional, confira-se Brunner (1994). Com respeito ao distanciamento entre pedagogos e cientistas sociais no Brasil, confira-se Gomes (1979).

O Gráfico 2 permite observar que, embora a Região Sudeste represente, em termos absolutos, a maior contribuição para os dois conjuntos (52% para a categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* e 59% para o conjunto das demais categorias), em termos relativos, o Nordeste contribuiu proporcionalmente mais para o desenvolvimento de pesquisas nessa temática (25% das pesquisas nessa área foram feitas no Nordeste, ao passo que a região contribuiu apenas com 9% da produção de pesquisas referentes às demais categorias). Uma possível explicação para essa ascendência da Região Nordeste nessa área temática, comparativamente às Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, pode estar no grande número de universidades federais existentes nessa região (superado apenas pela Região Sudeste).

O Gráfico 3 mostra uma predominância absoluta de dissertações de mestrado nos dois grupamentos temáticos. Contudo, aí também se verifica uma maior participação relativa desse tipo de trabalho no universo da categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* comparativamente com o peso da mesma no conjunto das demais categorias (84% contra 61%).

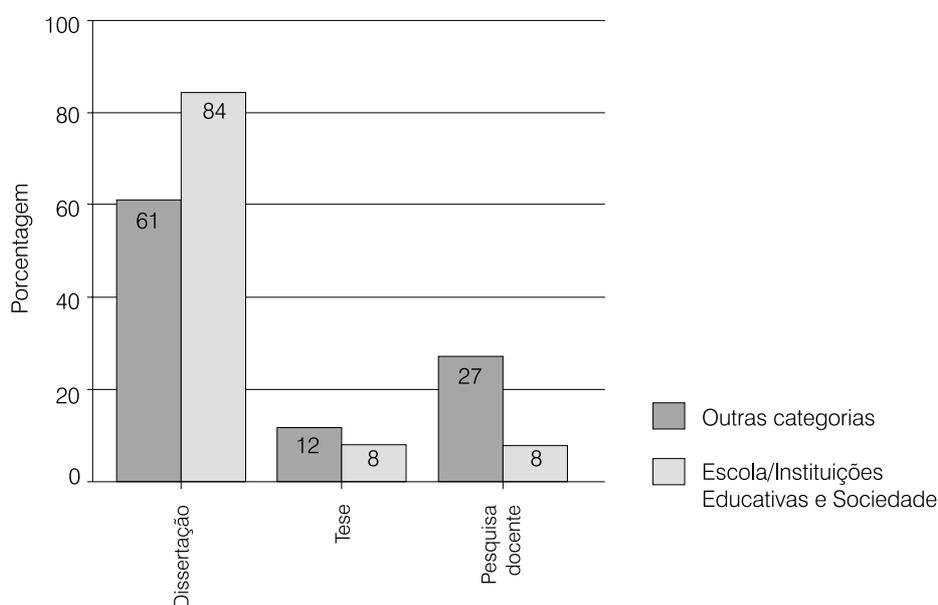


Gráfico 3 – Distribuição porcentual das pesquisas segundo a modalidade

De outra parte, a pesquisa docente sobressai no conjunto das demais categorias comparativamente à categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* (27% contra 8%), e as teses de doutoramento constituem 8% das pesquisas realizadas nessa categoria, pouco se sobressaindo no universo dos trabalhos levantados.

Considerando-se o tipo de instituição avalizadora das pesquisas, observa-se no Gráfico 4 que as universidades federais ocupam grande destaque na produção como um todo, quer nessa categoria, quer nos demais segmentos temáticos. Em termos comparativos, contudo, a contribuição desse tipo de instituição na produção de cada segmento revela-se proporcionalmente maior na área temática em tela do que nas demais. Mais precisamente, as universidades federais contribuíram com 68% das pesquisas feitas nessa categoria e com 54% nas demais áreas.

Este gráfico possibilita que se faça ainda um outro recorte analítico, atentando para a contraposição entre o setor público (universidades federais e estaduais) e o setor privado (universidades confessionais e outros tipos de instituição). Nesse caso, observa-se que o setor público contribuiu proporcionalmente mais para as pesquisas feitas na categoria temática *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* do que o setor privado, mais voltado para outras temáticas. O setor público respondeu por 85% das pesquisas feitas nessa área e por 73% das pesquisas em outras áreas, ao passo que o setor privado respondeu por 26% das pesquisas em outras áreas e apenas 16% na categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade*.

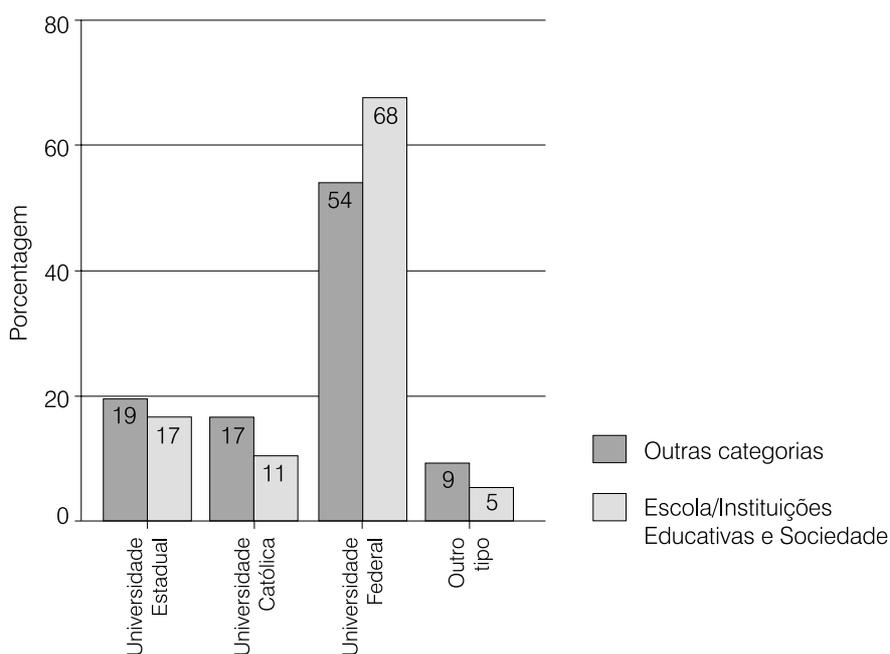


Gráfico 4 – Distribuição percentual das pesquisas por tipo de instituição

Por fim, considerando-se as diferenças entre os dois universos temáticos em função da variável combinada sexo do pesquisador/modalidade da pesquisa, o Gráfico 5 mostra que inexistem diferenças marcantes a esse respeito. Em termos absolutos, nos dois grupamentos, a pesquisa em equipe ainda é rara, e o sexo feminino, predominante. Estatisticamente, deve-se desconsiderar a pequena ascendência do sexo feminino sobre a categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade*.

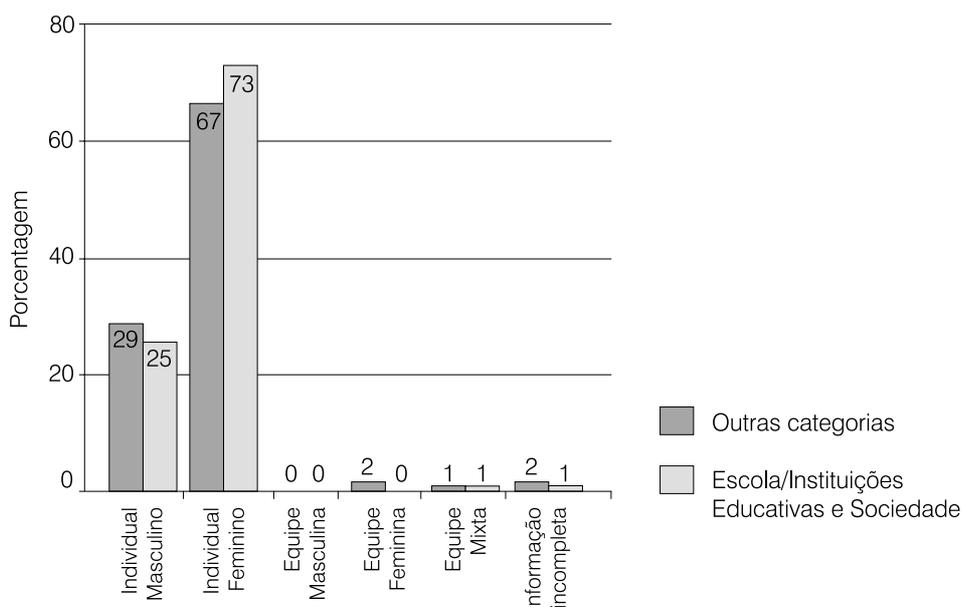


Gráfico 5 – Distribuição percentual das pesquisas segundo o sexo dos pesquisadores

Passemos agora à diversidade temática interna à categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade*. Sob esse aspecto, há que se considerar cinco variáveis interessantes: o tipo de investigação, a metodologia da pesquisa, o aporte teórico, o *locus* enfocado no trabalho e as subcategorias temáticas.

Em relação ao tipo de investigação, verifica-se pelo Gráfico 6 que 73% dos estudos nessa área temática se constituem de pesquisas empíricas, 15% são de caráter histórico e apenas 12% enquadram-se como trabalhos teóricos. Esse predomínio de trabalhos empíricos pode ser tomado como uma característica positiva, pois possibilita um mapeamento cada vez mais minucioso e completo das relações educação-Estado-sociedade.

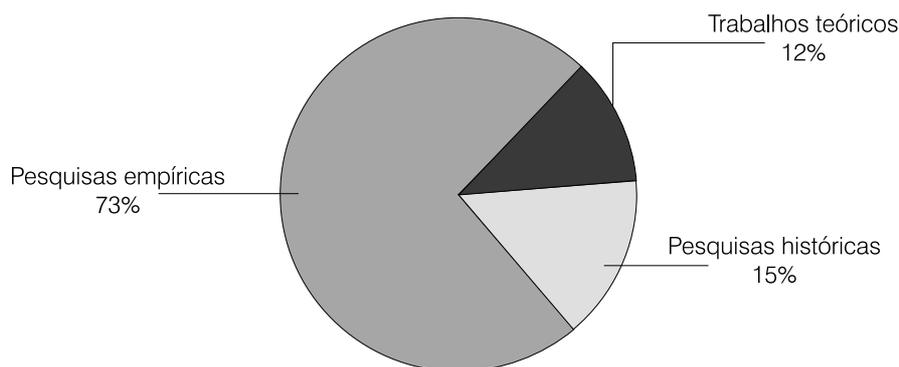


Gráfico 6 – Categoria Escola/Instituições Educativas e Sociedade por tipo de investigação

O Gráfico 7 complementa o anterior e mostra que a imprecisão metodológica atinge 32% dos trabalhos analisados. De outro lado, dado que as matrizes disciplinares na área de humanidades se caracterizam por conúbio de paradigmas e não por exclusão mútua dos mesmos, a diversidade metodológica dos estudos registrada nessa categoria temática parece ser positiva.² Constata-se, assim, que 23% deles foram de estudo de caso, 21% consistiram em análise documental, 8% se constituíram de pesquisa participante, 5% foram realizados a partir de pesquisa quantitativa por amostragem estatística, 4% foram baseados em história oral dos atores envolvidos, 3% trataram de análise do discurso, 3%, também, foi a incidência de trabalhos etnográficos, ficando a pesquisa qualitativa com um índice de apenas 1%.

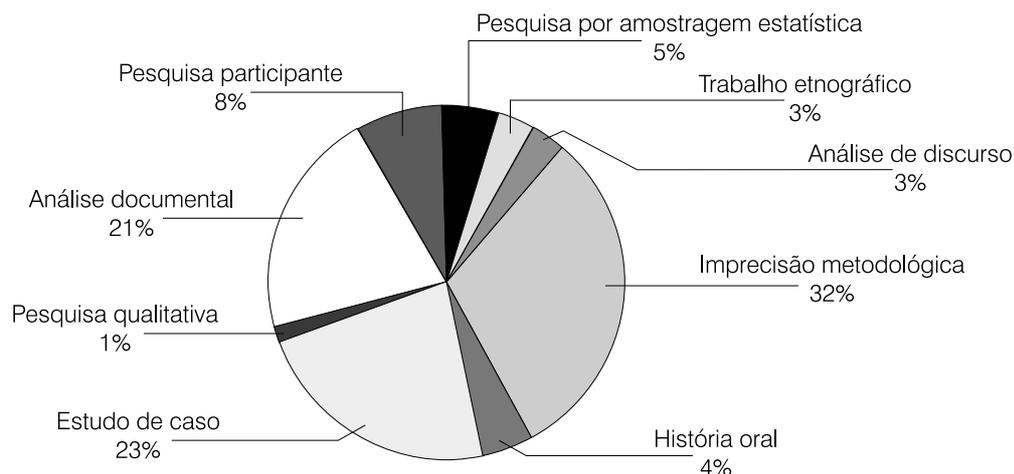


Gráfico 7 – Categoria Escola/Instituições Educativas e Sociedade por metodologia da investigação

² Acerca do conceito de matrizes disciplinares e diversidade paradigmática nas ciências humanas, confira-se Oliveira (1988).

Por certo, não podemos nos deter aqui nas demarcações epistemológicas, metodológicas e técnicas presentes na pesquisa social brasileira como um todo ou na pesquisa educacional em particular. Entretanto, vale observar que a contraposição entre teoria e empiria constitui uma nota recorrente e bastante imprecisa em nosso meio. Não são poucos os pesquisadores que trabalham com uma noção etérea da teoria e com um arsenal empírico desprovido de valor autocorretivo. E o mais curioso é que essa deficiência pode ser explicada não apenas pela falta de orientação teórica explícita, mas pela natureza da orientação teórica assumida pelo pesquisador.³

Os Gráficos 8 e 9 tratam das correntes teóricas que embasam as pesquisas na área.

O exame do Gráfico 8 revela duas características dos trabalhos: a falta de delimitação teórica (58%) e o predomínio do marxismo no contexto das orientações teóricas explicitadas (26%). Como não foram geradas tabulações cruzadas entre tipos de investigação e modelos de orientação teórica, não sabemos qual o grau ou a natureza de empiria envolvidos nesse marxismo hegemônico. Em todo o caso, os dados são insuficientes para se falar em demonstrações empíricas oportunistas (ilustrativas de teses preconcebidas).

Além disso, trata-se de um marxismo muito nuançado: reprodutivista (3%), marxismo cristão de Paulo Freire (7%), historicismo dialético de Antônio Gramsci (50%) e, mesmo, a teoria crítica da Escola de Frankfurt (2%).⁴

Há que se ressaltar também a inexistência do pensamento weberiano como escopo de análise, muito embora a temática da burocracia tenha sido tratada por algumas pesquisas. Mesmo sem dispor de uma hipótese explicativa para isso, acreditamos que a resposta deve ser buscada nas características do próprio marxismo que acabou predominando em nosso meio intelectual (no caso da educação, predomínio afirmado contra uma matriz funcionalista que mal havia rendido seus primeiros frutos, a exemplo dos estudos de Fernando de Azevedo).

Por fim, deve-se considerar também que novas orientações teóricas podem estar sendo gestadas no presente momento e acabaram escapando ao levantamento coberto pela presente pesquisa.⁵

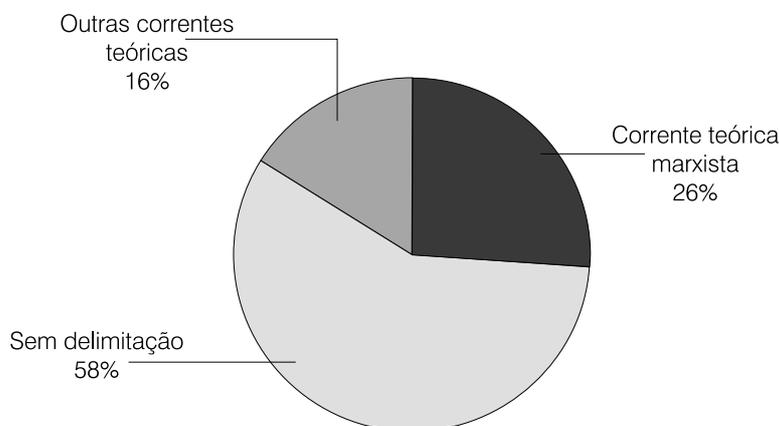


Gráfico 8 – Categoria Escola/Instituições Educativas e Sociedade por correntes teóricas

³ Acerca da teoria científica moderna como generalização de dados empíricos regulada por heurística conceitual e lógica, confira-se Merton (1970). Especialmente importante é a reflexão desse autor sobre o nível de alcance da teorização. Acerca do papel autocorretivo da empiria na ciência moderna, confira-se Lakatos. Segundo ele, "a honestidade intelectual consiste em especificar precisamente as condições em que uma pessoa está disposta a renunciar à sua posição. Marxistas e freudianos comprometidos recusam-se a especificar tais condições" (Lakatos, 1979, p. 111).

⁴ Em texto bastante informativo, Merquior (1987) engloba sob a denominação "marxismo ocidental" todo um espectro de estudiosos europeus inspirados em Marx, mas fortemente interessados na cultura e na subjetividade (diferentemente do marxismo soviético, do chinês e, mesmo, do latino-americano, por exemplo, mais voltados para as dimensões econômica e política dos fenômenos sociais). Especialmente marcante, nesse particular, foi o freudo-marxismo, desenvolvido pela chamada Escola de Frankfurt. Tendo em vista o caráter menos doutrinário desse marxismo "psicoculturalista", a reflexão de Merquior convida-nos a indagar se essa virtude decorre da qualidade intrínseca desses intelectuais ou do ambiente acadêmico que lhes circundara.

⁵ Seria interessante estudar, por exemplo, o potencial de crescimento das "visões de mundo alternativas" no campo da pesquisa educacional. Sobre a surpreendente confluência entre marxismo e pensamento alternativo, confira-se Carvalho (1994).

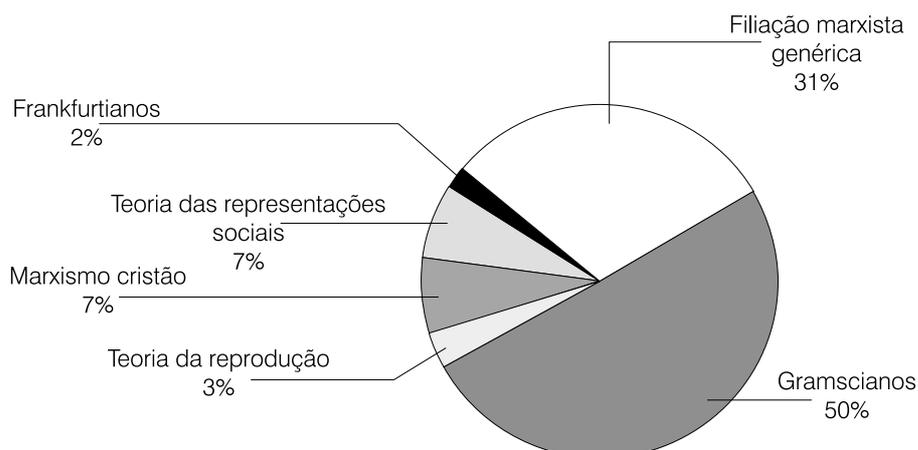


Gráfico 9 – Categoria Escola/Instituições Educativas e Sociedade por corrente marxista

O Gráfico 10 representa as subcategorias temáticas que apresentaram maior incidência nos estudos analisados: Movimentos Sociais (52%), Políticas Públicas (20%), Representações Sociais (13%), Estruturação Escolar (12%) e Gestão do Ensino (3%).

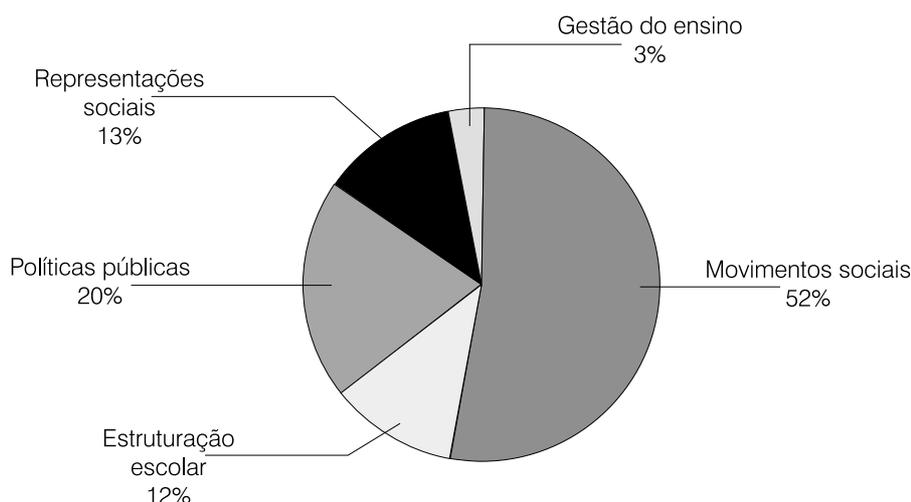


Gráfico 10 – Categoria Escola/Instituições Educativas e Sociedade por subcategoria temática

A subcategoria Movimentos Sociais abarca um amplo leque institucional e comporta muitas possibilidades analíticas. Nos anos 80, a literatura sociológica promoveu um enquadramento teórico dos movimentos sociais em contraposição ao sindicalismo e aos partidos políticos. A idéia básica era a de que esses novos movimentos (associações de bairro, movimento dos sem-terra, etc.) constituíam canais de democratização do Estado brasileiro, desprovidos que eram de vícios tradicionais (corporativismo sindical, fisiologismo partidário, etc.). Essa abordagem refluíu bastante na década de 90, mas deixou como contribuição a consciência de que o *modus operandi* da democracia brasileira transcende em muito o sistema clássico de representação política. Por certo, a construção da democracia provoca efeitos na (e sofre efeitos da) educação. Nesse sentido, o conjunto de estudos dessa subcategoria focaliza não apenas o ensino formal, mas também uma enorme gama de processos educativos não-formais.

Para fins da presente análise, tomamos os movimentos sociais em sentido amplo. Nessa acepção, a política e a gestão educacionais foram referidas aos diversos tipos de movimentos sociais na seguinte proporção: sindicalismo (28%), associações de bairros (25%), movimentos de pais como luta organizada pela escolarização (9%), movimentos de mulheres (9%) e uma gama variada de outros movimentos (cooperativismo, movimento estudantil, formação de lideranças, modelos comunitários alternativos de escola, organização popular em torno do orçamento público, etc.).

Ainda com referência aos movimentos sociais, é interessante observar que estudos voltados para o meio rural foram relativamente escassos nessa subcategoria (3% apenas), especialmente se considerarmos que, no conjunto da categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* tais estudos atingiram a casa de 11% do total. A explicação para essa preferência pode estar associada não apenas à maior facilidade de acesso à coleta de dados, mas, também, a um viés urbano dos próprios pesquisadores.

Com respeito ao tema das *Políticas Públicas*, cuja incidência no universo investigado foi de 20%, observamos que a educação profissional mereceu maior destaque (54% de incidência no conjunto das políticas). Certamente tal ênfase está associada ao multifacetado fenômeno da globalização, às modificações em curso na estrutura dos mercados e seus reflexos sobre as relações laborais (informalidade, empregabilidade, desemprego, formas de gestão, entre outras), assim como às políticas de educação profissional adotadas atualmente pelo governo federal. Verificamos, portanto, que as políticas voltadas para o ensino fundamental foram objeto de estudo em apenas 18% dos trabalhos – algo paradoxal –, no entanto, as políticas de ciência e tecnologia não emergiram no período como tema de grande interesse (27% de incidência no conjunto das políticas). Isso é surpreendente, pois a supremacia da ciência e da tecnologia constitui uma característica fundamental do processo de globalização e fonte de muitas incertezas no que tange ao processo de democratização (cf. Goergen, 1998; Dowbor, 1997; Gorender, 1997; Singer, 1997).

Estudos sobre Representações Sociais aparecem como o terceiro tema (13%) nas infinitas nuances das relações educação-Estado-sociedade. Observa-se que este tema emergiu a partir de 1994. A preocupação das pesquisas centra-se em descobrir quais representações sociais os vários atores apresentam do processo educacional, da política, de seu próprio movimento, das políticas públicas engendradas pelo Estado para o setor educacional. A emergência deste tema permite a apreensão dos significados simbólicos que os sujeitos têm da realidade, consistindo em uma temática fundamental para a compreensão da realidade educacional que nos cerca, seja na esfera formal ou nos processos não-formais.

A quarta subcategoria entre as que apresentaram maior percentual foi Estruturação Escolar, com 12% de incidência. Nesses trabalhos, observamos que as investigações em espaços escolares compreenderam 44% do universo enfocado. Destes, 25% tratavam do ensino público, 9%, do ensino privado e 10%, das modalidades de ensino comunitário. Considerando-se as modalidades de ensino, verificamos que quase todas foram contempladas: ensino fundamental e o ensino médio comparecem com 8%. A educação profissional merece destaque, com a incidência de 10% dos estudos. O ensino superior consistiu foco de análise em 9% dos trabalhos investigados. A educação de adultos compreendeu 5% das pesquisas e a educação infantil foi foco de estudo em 3% delas, enquanto os processos de alfabetização apresentam o índice de 1%, o mesmo do ensino a distância. A especificidade de educação indígena foi enfocada em apenas um trabalho, assim como apenas um trabalho investigou especificamente a questão da educação artística. Os temas da organização escolar que foram contemplados compreenderam desde a organização curricular ao livro didático, passando pelas metodologias de ensino e pela evasão escolar. As relações escola-comunidade, escola-Estado, escola-mundo do trabalho, escola-ideologia, escola-mídia permearam os estudos. A ausência que se destaca são as investigações em torno do ensino especial e do conteúdo das várias disciplinas específicas que compõem o universo escolar, como importante elemento que confere instrumental à compreensão da realidade. Outra lacuna consiste nas relações assistemáticas que permeiam o mundo da escola, posto que as relações intersubjetivas informais são conformadoras do funcionamento do sistema de ensino em um sentido muito mais profundo do que parece à primeira vista (cf. Freitag, 1993; Giroux, 1986, 1997).

CONCLUSÃO

Não restam dúvidas de que o conjunto da produção científica na categoria *Escola/Instituições Educativas e Sociedade* foi amplo e variado no período considerado (1991-1997). De outra parte, a baixa incidência na subcategoria temática Gestão do Ensino (3% do conjunto das pesquisas na categoria) é um dado surpreendente, cabendo aqui chamar a atenção para ele na conclusão deste artigo. O fato é surpreendente, quer por estarmos diante de pesquisadores especialistas nessa área, quer pela circunstância de a realidade mesma estar desafiando a nossa capacidade de compreensão sobre o tema. O capitalismo contemporâneo vive uma profunda reestruturação de seus paradigmas administrativos, movimento esse que se iniciou na esfera produtiva privada e que atingiu o aparelho estatal na segunda metade da década de 90 (Reforma do Estado). As escolas e o sistema de ensino não ficam de fora dessa movimentação teórica, metodológica e político-ideológica que pressiona por racionalização gerencial no contexto das organizações como um todo. Como explicar então que o assunto esteja sendo tão pouco trabalhado pelo conjunto de pesquisas que se propõem investigar a política e a administração do ensino a partir da relação educação-Estado-sociedade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNNER, José Joaquín. Pesquisa social e decisões políticas : o mercado do conhecimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 75, n. 179/180/181, p. 251-271, jan./dez. 1994.
- CARVALHO, Olavo de. *A nova era e a revolução cultural* : Fritjof Capra & Antônio Gramsci. São Paulo : IAL : Stella Caymmi, 1994.
- DOWBOR, Ladislau. Reordenamento do poder e políticas neoliberais. In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo : Educ, 1997. p. 97-110.
- FREITAG, Barbara. *Sociedade e consciência* : um estudo piagetiano na favela e na escola. 3. ed. São Paulo : Cortez, 1993.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo : Educ, 1997. p. 51-72: Globalização e crise estrutural.
- GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.
- _____. *Teoria crítica e resistência em educação* : para além das teorias de reprodução. Petrópolis : Vozes, 1986.
- GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 63, p. 53-79, ago. 1998.
- GOMES, Cândido Alberto da Costa. Os estudos sociológicos da educação no Brasil. *Fórum*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 25-45, out./dez. 1979.
- GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo : Educ, 1997. p. 73-97.

LAKATOS, Imre. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo : Cultrix : Edusp, 1979. cap.: O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica.

MERQUIOR, José Guilherme. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1987.

MERTON, Robert. *Sociologia : teoria e estrutura*. São Paulo : Mestre Jou, 1970.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro; Brasília : CNPq, 1988.

SINGER, Paul. O papel do Estado e as políticas neoliberais. In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo : Educ, 1997. p. 125-140.